

Fazenda prepara defesa de estratégia econômica

Joedson Alves/AE

Equipe de Palocci elabora documento para mostrar como o País foi recebido e expor objetivo das medidas

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA - A equipe do ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, está concluindo um documento no qual pretende explicar toda a linha de atuação da política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é informar à sociedade sobre a herança recebida pelo atual governo no que se refere à economia, a trilha de condução escolhida e os objetivos que pretende atingir. O Ministério da Fazenda deve fazer uma ampla divulgação desse texto.

Segundo técnicos que trabalharam na elaboração do texto, as idéias centrais são as mesmas da carta de intenções assinada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e da exposição de Palocci na Câmara dos Deputados e no Senado nas últimas semanas. Além de explicações sobre a política macroeconômica, o documento detalha as políticas sociais do governo e dedica um espaço a medidas microeconômicas destinadas a "destrar" o processo de crescimento.

Na avaliação dos técnicos, a crise brasileira em 2002 foi



Palocci: explicações na Câmara e no Senado transformadas em texto

IDÉIAS SÃO AS
MESMAS DA
CARTA ASSINADA
COM O FMI

mais severa do que a de 1999. Palocci costuma citar os dados de setembro de 2002, quando o índice de risco Brasil bateu em 2.400 pontos e a cotação dos principais títulos bra-

sileiros no exterior, os C-Bonds, caiu para 50% de seu valor de face. Nesta semana, o risco Brasil estava perto dos 1.000 pontos e a cotação dos C-Bonds, acima de 76% do valor de face.

Na avaliação dos técnicos, a

O texto sustenta que, apesar do quadro difícil herdado da administração passada, foi possível superar as dificuldades de curto prazo e colocar o País na trilha de um ciclo virtuoso.

A chave para virar o jogo, segundo tem explicado Palocci, foi recuperar a confiança dos agentes econômicos no País. Isso foi obtido, principalmente, com a adoção de uma política fiscal austera e com a indicação de que o ajuste nas contas públicas se tornará estrutural, com a execução das reformas.

As reformas também serão

um ponto crucial para melhorar a condição de vida da população, segundo o documento. Um levantamento da área técnica do governo mostra que as políticas sociais do País estão com o sinal trocado. A distribuição de recursos via Previdência atende mais à parcela menos pobre da população. Por outro lado, a tributação, sobretudo a indireta, atinge mais fortemente as pessoas com menor renda.

Outro ponto importante do documento mostra que a dívida pública está sob controle, e a tendência é o saldo cair ao longo do tempo, mesmo que o País enfrente turbulências com a guerra entre Estados Unidos e Iraque. Palocci tem exibido um gráfico onde mostra que, na hipótese mais pessimista, o estoque da dívida pública brasileira sairia dos atuais 55,9% do Produto Interno Bruto (PIB) para 58,5% do PIB em meados deste ano. A alta seria efeito de uma puxada no câmbio. O estoque declinaria depois, chegando a 56,6% do PIB em 2004 e 54,6% do PIB em 2005. Lula concluiria o governo com uma dívida de 52,5% do PIB.

No cenário básico, o governo acredita que o saldo da dívida pública se manteria inalterado em 55,9% do PIB até o segundo semestre de 2003, declinando a partir de então. Chegaria a 53,9% do PIB em 2004, 51,8% do PIB em 2005 e 49,7% do PIB em 2006. No quadro mais otimista, a dívida começaria a declinar desde já, atingindo 54,5% do PIB em meados de 2003, 52,5% do PIB em 2004, 50,4% do PIB em 2005 e 48,2% em 2006.